

→ **continuação**

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - CNPJ nº 02.016.440/0001-62

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	Plano 1		Plano 2	
	2023	2022	2023	2022
Renda fixa	79%	75%	79%	74%
Títulos públicos federais	66%	66%	64%	64%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	3%	1%	3%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	2%	1%	3%
Fundos de investimento multimercado	11%	4%	13%	4%
Renda variável	8%	12%	9%	14%
Fundos de investimento em ações	8%	12%	9%	14%
Investimentos estruturados	9%	9%	8%	8%
Fundos de investimento multimercado	9%	9%	8%	8%
Cotados em mercado ativo	97%	97%	96%	96%
Imóveis	1%	1%	1%	1%
Operações com participantes	2%	2%	3%	3%
Outros ativos	0%	0%	0%	0%
Depósitos judiciais e outros	0%	0%	0%	0%
Não cotados em mercado ativo	3%	3%	4%	4%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	Metas 2024 - Fundação Família Previdência			
	Plano 1		Plano 2	
Renda fixa	81,4%		80,5%	
Renda variável	6,0%		6,0%	
Imóveis	0,8%		0,9%	
Empréstimos e financiamentos	1,8%		2,6%	
Investimentos estruturados	10,0%		10,0%	
	100,0%		100,0%	

A meta de alocação para 2024 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2023 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2024, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos é o Estudo de Asset Liability Management - ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Fundação.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nos segmentos das classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidas na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazo, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

18.7 - Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

• Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 11.401 no plano 1 e R\$ 15.714 no plano 2 (redução de R\$ 10.931 no plano 1 e R\$ 15.051 no plano 2).

• Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 8.715 no plano 1 e R\$ 12.608 no plano 2 (aumento de R\$ 8.480 no plano 1 e R\$ 12.307 no plano 2). A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,71% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 9,46% a.a. e 9,96% a.a..

As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 - Risco de investimento:

Os planos de benefícios da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

Os planos de benefícios da Companhia tem sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. A Fundação Família Previdência realizou os seguintes movimentos ao longo do ano de 2023: a) redução de risco; b) aquisição de títulos públicos na curva; c) redução na exposição do Segmento de Renda Variável, e além disso, foi iniciada a estratégia de redução de duration dos planos, com migração dos Títulos Públicos - NTN-Bs com vencimento mais longos para vértices mais curtos. A Fundação Família Previdência utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), Tracking Risk, Tracking Error e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("Stress Test").

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe, Sharpe Generalizado e Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição à risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

A Política de Investimentos da Fundação Família Previdência determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

19. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.315	1.355
Conta de desenvolvimento energético - CDE	24.042	7.937
Bandeiras tarifárias e outros	477	1
Total	25.835	9.292

20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social a recolher	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	14.659	7.730	7.138
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	7.766	2.148	2.016
Total	-	22.425	9.878	9.154

	Circulante	
	31/12/2023	31/12/2022
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	55.744	-
Programa de integração social - PIS	11.372	8.412
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	52.666	39.138
Outros	17.516	18.456
Total	137.298	66.007

Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS - a redução em 2022 deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar nº 194/2022, que foram: (i) redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e (ii) não incidência do ICMS sobre determinados itens do faturamento. Adicionalmente, o saldo a pagar também foi reduzido em razão da liberação pela Sefaz/SP de créditos acumulados de ICMS (artigo 73 e seguintes do RICMS). Em 09 de fevereiro de 2023, a liminar cautelar nº 7.195 que determinou a suspensão da não incidência do ICMS sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica, que passaram a ser tributados novamente, a partir de 18 de fevereiro de 2023.

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências está divulgado na nota 21.

21. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2023			31/12/2022		
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais		Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	
Trabalhistas	78.414	28.041		83.841	39.054	
Cíveis	67.819	10.986		68.577	12.072	
Fiscais	34.444	45.667		20.764	42.829	
Regulatórios	51.905	-		34.645	-	
Outros	-	-		369	-	
Total	232.583	84.695		208.196	93.954	

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	83.841	24.783	(10.924)	(27.959)	8.673	78.414
Cíveis	68.577	71.285	(12.619)	(65.361)	5.938	67.819
Fiscais	20.764	12.804	(5)	(1.062)	1.945	34.444
Regulatórios	34.645	12.180	-	-	5.080	51.905
Outros	369	-	(369)	-	-	-
Total	208.196	121.052	(23.917)	(94.383)	21.634	232.583

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

a. **Trabalhistas** - os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e terceirizados da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade, insalubridade e equiparação salarial. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão nas categorias, empregados próprios, terceirizados e ações de indenização;

b. **Cíveis** - as causas cíveis correspondem a pedidos de indenização por corte de luz, danos em equipamentos causados pela rede elétrica, anulação de débitos cobrados com base em recuperação de consumo, indenização por danos em geral causados na rede elétrica, entre outros;

c. **Fiscais** - refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo principalmente INSS, FGTS, SAT, PIS e COFINS; e

d. **Regulatórios** - os processos administrativos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estavam assim representadas:

	31/12/2023	31/12/2022	Principais causas	
Trabalhistas	271.001	289.726	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras	
			Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária,	
Cíveis	946.467	1.016.744	revisão de contratos	
			Imposto de Renda e Contribuição Social	
Fiscais	1.251.688	1.119.564	INSS, ICMS, PIS e COFINS	
Fiscais - Outros	615.894	580.542	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira	
Regulatório	106.339	79.320		
Total	3.191.389	3.085.896		

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Consumidores e concessionárias	206.767	220.192	76.024	84.754
Programa de eficiência energética - PEE	98.014	135.235	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	50.921	54.235	18.543	16.348
EPE/FNDCT/PROCEL (*)	20.304	15.232	-	-
Adiantamentos	1.853	18.344	985	2.051
Descontos tarifários - CDE	18.351	26.515	-	-
Folha de pagamento	4.623	4.137	-	-
Participação nos lucros	24.292	21.206	2.524	2.119
Convênios de arrecadação	40.150	38.239	-	-
Outros	19.830	12.584	47.513	49.902
Total	485.105	545.918	145.590	155.174

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. O saldo no passivo não circulante de R\$ 76.024 (R\$ 84.754 em 31 de dezembro de 2022), refere-se à energia de curto prazo (CCEE) relacionada ao Despacho ANEEL nº 288 (nota 35).

Programas de eficiência energética - PEE e Pesquisa e desenvolvimento - P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Descontos tarifários - CDE: refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

Participação nos lucros: em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação - referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

Outros: refere-se, principalmente, ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia (nota 3.14).

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está assim distribuída:

	Quantidade de ações	
	Ordinárias	%
CPFL Energia S.A.	1.001.751	89,01
CPFL Comercialização Brasil S.A.	123.676	10,99
Total	1.125.427	100,00

23.1 - Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2023, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,44 vezes o EBITDA em 2023 (2,40 vezes em 2022), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

23.2 - Capital social

Através da AGO/E de 26 de abril de 2023, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 10.857, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2022 sem emissão de novas ações.

23.3 - Dividendos

Na AGO de 26 de abril de 2023 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2022, através de (i) dividendos intermediários no montante de R\$ 67.407 aprovado em dezembro de 2022, e (iii) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 185.718.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2023:

• Dividendo intermediário no montante de R\$ 142.000, utilizando-se o saldo da Reserva de reforço de capital de giro, aprovado em AGE de 20 de junho de 2023.

• Dividendo adicional proposto no montante de R\$ 6.027 e dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 267.072, que serão deliberados na AGO de abril de 2024.

No exercício de 2023, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 327.718 referente a dividendos.

23.4 Reserva de capital

Refere-se ao benefício fiscal do Intangível Incorporado, oriundo das incorporações da CPFL Jaguariúna e da Rio Grande Energia de R\$ 152.248.

23.5 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.756.862, correspondente a (i) Reserva legal R\$ 344.299, (ii) Reserva de lucros a realizar R\$ 643.574 e (iii) Reserva estatutária - reforço de capital de giro R\$ 768.989.

23.6 Resultado abrangente acumulado

É composto por:

• entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 66.454 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2);

• efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquidos dos efeitos tributários com saldo credor de R\$ 1.447 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 48;

23.7 - Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2023
Lucro líquido do exercício	1.124.512
Reserva legal	